

Por que o mundo não quer explorar petróleo no Brasil

O governo não quis admitir que empresas estrangeiras não têm interesse em comprar campos perto de áreas de proteção ambiental. E foi castigado com o desastre vergonhoso do leilão da ANP, escreve Alexander Busch.



Investidores estrangeiros não querem se aventurar em áreas de proteção ambiental, como Fernando de Noronha

Foi uma grande humilhação para o governo: na 17ª rodada de licitações de áreas exploratórias de petróleo e gás, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) ofereceu aos investidores 92 blocos de concessão. Mas apenas cinco foram arrematados por apenas duas empresas. A Shell e a Ecopetrol da Colômbia compraram os cinco lotes na semana passada sem pagar um dólar de ágio. Elas pareciam certas de que ninguém mais faria uma oferta pelas concessões.

Isso é uma vergonha para o governo. Foi o leilão com a menor taxa de sucesso desde a abertura do setor de petróleo brasileiro, há 22 anos. As empresas pagam pouco menos de sete milhões de dólares. Só a preparação e organização da licitação, teria custado significativamente mais.

Só para comparação: em dois leilões em 2018 e 2019, preparados pelo governo anterior, as empresas internacionais investiram, cada uma, mais de dois bilhões de dólares em campos brasileiros de petróleo e gás.

Existem várias razões por trás da relutância das multinacionais do petróleo na semana passada. Os cofres vazios após o ano pandêmico contribuíram para isso. Seus já altos investimentos no Brasil nos últimos anos também os impediram de gastar mais dinheiro.

Ponto de inflexão

Mas o que é muito mais importante é que o setor está atualmente passando por um ponto de inflexão: todas as multinacionais de petróleo estão tentando investir na produção de energia climaticamente neutra, em vez de continuar a investir em campos convencionais de petróleo e gás. Eles estão sendo pressionados por acionistas e investidores que atualmente estão desvalorizando ações ligadas ao petróleo e trocando-as por papéis de produtores de energia verde.

A agência reguladora estatal de petróleo não parece ter se dado muito conta dessa tendência. Sem hesitar, ofereceu áreas de concessão próximas aos arquipélagos de Fernando de Noronha e Atol das Rocas. A probabilidade de as petroleiras obterem nesses locais uma licença de produção das autoridades ambientais é baixa. Também em leilões anteriores, houve petroleiras que adquiriram licenças na foz do Amazonas e ainda aguardam as licenças.

Difícilmente empresas de petróleo internacionais desejarão se expor ao risco de comprometer sua reputação com um derramamento de óleo próximo a reservas naturais conhecidas. Mesmo que certamente existam empresas cuja administração ou proprietários não se intimidem com o risco – bancos, investidores e acionistas não querem participar mais disso. Também é bem possível que as empresas evitem investir em depósitos inexplorados no Brasil devido à má reputação que o país agora desfruta em todo o mundo em questões ambientais. A entrada em um setor que já é difícil em si, como o de óleo e gás, fica ainda mais complicada quando a localização é no Brasil.

Portanto, é elogiável a eficiência com que o mercado funcionou neste caso. O sinal dos investidores foi claro: tire as mãos daí!

--

Há mais de 25 anos, o jornalista Alexander Busch é correspondente de América do Sul do grupo editorial Handelsblatt (que publica o semanário Wirtschaftswoche e o diário Handelsblatt) e do jornal Neue Zürcher Zeitung. Nascido em 1963, cresceu na Venezuela e estudou economia e política em Colônia e em Buenos Aires. Busch vive e trabalha em São Paulo e Salvador. É autor de vários livros sobre o Brasil. Clique [aqui](#) para ler suas colunas.

O texto reflete a opinião da autora, não necessariamente a da DW.